

**PROPOSTA ÀS NAÇÕES UNIDAS**



# **Fortalecimento das Nações Unidas: expectativa de toda a humanidade**

**Por Daisaku Ikeda**

**Presidente da Soka Gakkai Internacional**



**DAISAKU IKEDA** nasceu em Tóquio, Japão, em 2 de janeiro de 1928.

Formado pela Escola Superior Fuji na área de Economia, é atualmente presidente da Soka Gakkai Internacional (SGI), uma das maiores organizações não-governamentais das Nações Unidas, com mais de 12 milhões de associados em 190 países e territórios.



Fundou várias instituições educacionais e culturais, como as escolas Soka (do nível pré-escolar ao universitário), a Associação de Concertos Min-On, o Instituto de Filosofia Oriental e o Museu de Arte Fuji de Tóquio.

Pacifista, filósofo, poeta laureado e escritor com obras traduzidas para mais de vinte línguas, é sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL) desde 1992, ocupando a cadeira de nº14.

Convicto de que um movimento popular centralizado nas Nações Unidas é a chave para transformar o mundo onde imperam a desunião e a hostilidade em um mundo de coexistência pacífica, Ikeda apresenta anualmente, no dia 26 de janeiro, aniversário de fundação da SGI, sua proposta de paz.

A SGI é oficialmente registrada como organização não-governamental (ONG) no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), no Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), no Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas (UNDPI), na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e também é membro da Federação Mundial das Associações das Nações Unidas (WFUNA).



Proposta às Nações Unidas

# Fortalecimento das Nações Unidas: a expectativa de toda a humanidade

Por Daisaku Ikeda  
Presidente da Soka Gakkai Internacional

(Proposta de reforma das Nações Unidas entregue ao subsecretário-geral  
Anwarul K. Chowdhury, em Tóquio, Japão, em 30 de agosto de 2006.)

Tradução: René Takeuti  
Elizabeth Miyashiro

Revisão: Anderson Félix Nunes  
Gláucia Yassuco Shirayama

Capa: Henrique Kubota

Arte: Iusse José Filho

Direitos reservados à Editora Brasil Seikyo Ltda.

Editora Brasil Seikyo Ltda. Administração e redação: Rua Tamandaré, 1007, São Paulo, SP — CEP: 01525-001

Tels.: (11) 3274-1940/1941/1942 — Fax (11) 3274-1949 / CGC 61.612.891 / 0001-21

Matrícula na Lei de Imprensa nº 2092 — Registro no INPI nº 0060117320

Diretor-Presidente: Eduardo K. Taguchi — Jornalista responsável: Júlio Tadachi China (matrícula DRT nº 17.595)

Impressão: Prol Editora Gráfica Ltda. — Av. Papaiz, 581, Diadema, SP — CEP: 09931-61 — Tel.: (11) 2169-6199



## Fortalecimento das Nações Unidas: a expectativa de toda a humanidade

“A paz mundial não deve ser tarefa de um único homem, de um único partido ou de uma única nação. (...) Deve ser uma paz sustentada por esforços cooperados do mundo inteiro.”<sup>1</sup>

Estas foram as palavras com as quais o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt — um dos pais das Nações Unidas e, na realidade, o homem que deu à organização esse nome — dirigiu-se ao Congresso norte-americano, em março de 1945.

Roosevelt não viu o nascimento da organização internacional dedicada à paz mundial, com a qual ele tanto havia sonhado. Ele faleceu em abril de 1945, exatamente um mês após ter proferido essas palavras e poucas semanas antes da realização da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, convocada para redigir a Carta das Nações Unidas.

Na Conferência de San Francisco, que reuniu representantes de cinquenta nações, eram grandes o entusiasmo e a expectativa de que o nascimento dessa organização internacional viesse a ajudar a humanidade a romper o ciclo de guerras e tragédias e a mover o mundo em direção à paz e segurança. A Conferência foi descrita como um “marco na longa marcha do homem por um futuro melhor”,<sup>2</sup> uma demonstração da grande es-

perança e expectativa de todos pelo surgimento das Nações Unidas.

A Carta das Nações Unidas foi adotada após três meses de intensos debates e discussões, e foi o ápice do juramento de “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que, por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade...”<sup>3</sup>

Estas palavras do Preâmbulo da Carta não foram escritas para mera reflexão dos erros do passado. Foram inspiradas por um senso de responsabilidade pelas futuras gerações.

### Um foro universal

Há trinta anos, tive a oportunidade de visitar a grande sala de Ópera em San Francisco, onde a Carta foi assinada. Refletindo sobre o momento dramático da história mundial em que as Nações Unidas nasceram para servir como parlamento da humanidade, não pude deixar de reconsiderar a grandiosa missão confiada à organização internacional.

Essa missão, de evitar que o mundo viva o flagelo de uma outra guerra mundial, tem sido constantemente desafiada e, algumas vezes, pareceu que a organização falharia nessa tarefa crucial, como no caso da crise da Guerra Fria, quando o mundo foi dividi-

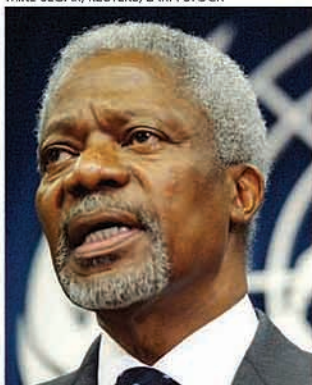
do em blocos rivais.

Uma variedade de conflitos e tensões continua a assolar o mundo, e a situação apresentada no começo deste século tem se agravado com o surgimento da crise do terrorismo internacional. Além disso, questões globais, como a pobreza, a fome, a degradação ambiental e a crise de refugiados, continuam a ser ameaças fundamentais à dignidade humana.

A difícil realidade enfrentada pelas Nações Unidas sessenta anos após seu surgimento foram expressas claramente nas palavras do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em seu discurso na Cúpula Mundial de 2005: “Profundas divisões entre Estados-Membros e o fraco desempenho de nossas instituições coletivas estavam nos impedindo de nos unir para enfrentar as ameaças e agarrar as oportunidades diante de nós”.<sup>4</sup> Considerando que as Nações Unidas são uma organização intergovernamental, cujos membros constituintes são estados soberanos, toda idéia inovadora e todo esforço por uma reforma inevitavelmente enfrentarão obstáculos gerados por interesses nacionais conflitantes. Essa é a realidade desestimuladora com a qual as Nações Unidas têm confrontado por muitos anos. O desapontamento das pessoas em relação à ONU tem levado a críticas constantes da ineficácia da organização internacional.

Em certos aspectos, as Nações Unidas têm falhado em acompanhar as mudanças

MIKE SEGAR/REUTERS/LATIN STOCK



Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas. A partir de 1º de janeiro de 2007, o sul-coreano Ban Ki-Moon assumirá a liderança da ONU.

dos tempos. No entanto, há certamente muitas barreiras e críticas que elas conseguiram superar.

Porém, enquanto houver neste mundo pessoas sofrendo, que vivem sob ameaças e crises, não podemos, absolutamente, deixar de atribuir grande importância e missão a essa organização internacional.

Com um quadro de 192 estados, as Nações Unidas são o fo-

ro universal mais acessível. Somente elas são capazes de promover a cooperação internacional e conferir legitimidade a esses esforços e ações. Portanto, acredito que a única solução sensata é oferecer-lhes apoio efetivo e nos empenhar por sua revitalização. Devemos começar pelo reconhecimento de que as Nações Unidas têm, ao longo de sessenta anos, oferecido ajuda humanitária às regiões necessitadas e servido como foro para as conversações, possibilitando que o consenso sobre questões de extrema importância fosse atingido.

Nos diálogos que venho realizando com intelectuais e líderes nos campos da política e da cultura, freqüentemente trocamos idéias sobre o futuro das Nações Unidas. Sintetizando suas opiniões, a maioria deles, embora admitisse as dificuldades e desafios que a organização enfrenta, concordou que ela precisa de apoio e deve ser fortalecida.

Muitos destacaram que, apesar de iniciativas centralizadas nas Nações Unidas terem sido aceitas e estejam prontas para imple-



mentação, sempre haverá governantes que, para proteger interesses nacionais, evitarão comprometer-se com ações específicas. Em minhas conversas com os sucessivos secre-



Encontro com Javier Pérez de Cuellar  
(novembro de 1990).



Com Boutros Boutros-Ghali  
(abril de 1996).

tários-gerais da ONU, incluindo Javier Perez de Cuellar e Boutros Boutros-Ghali, eles enfatizaram essa ironia, dizendo que, ainda que o mundo deposite as mais elevadas expectativas nas Nações Unidas, as pessoas oferecem o mínimo de apoio.

A questão fundamental, portanto, é como resolver essa situação? Antes de mais nada, precisamos lembrar sempre que o propósito essencial das Nações Unidas é ser

o parlamento da humanidade, um lugar onde todas as vozes possam ser ouvidas e todas as perspectivas ser representadas. Por mais sério que seja o choque de interesses nacionais e por mais profunda que seja a crise, acredito que a resposta se encontre no comprometimento com um processo inflexível de diálogo, criando bases firmes para esforços comuns e lidar com os desafios que enfrentamos.

Sem diálogo, o mundo continuará a tropeçar na escuridão, cheia de confusão e divisão. Da mesma forma que na mitologia grega, em que o fio de linha de Ariadne possibilitou-a sair com segurança do labirinto do Minotauro, o diálogo pode nos ajudar a en-

contrar a saída do labirinto desorientante de crises que nos cercam.

O processo contínuo de diálogo fortalece o *ethos* de coexistência e tolerância do qual nossa era necessita. É minha firme crença de que isso dará surgimento a uma “cultura de paz” — advento que representa uma mudança fundamental na história da humanidade.

Hoje, o mundo enfrenta uma série de crises, incluindo o impasse no Iraque e no Oriente Médio como um todo, o provável desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte e Irã, o estado deteriorante das questões no Afeganistão e conflitos regionais na África e em outras partes do mundo. Mas a complexidade desses problemas desafiadores é justamente a razão de se buscar paciente e persistentemente caminhos para resolvê-los, fazendo uso máximo dos meios para o diálogo global, que são tanto a força particular das Nações Unidas como a própria fonte do *soft power*.

O avanço da globalização mundial tem sido acompanhado por divisões e conflitos — tanto dentro como entre sociedades. Vemos se alastrar ao nosso redor uma “cultura de guerra” que justifica o uso da guerra e da violência para atingir os fins desejados.

É vital que desmantelemos esse tipo de cultura. Precisamos usar o diálogo para avançarmos resolutamente em direção à criação de uma sociedade global realmente pacífica, na qual impere um genuíno respeito pelas diferenças de postura e de pontos de vista e se reverencie a dignidade humana de todos.

Insisto, uma vez mais, para que as Nações

Unidas desempenhem papel central no grande projeto de construir uma civilização imbuída do espírito do diálogo.

## O compromisso de Dag Hammarskjöld com o diálogo

Ao tentarmos visualizar a direção que as Nações Unidas devem tomar neste século, acredito que podemos aprender muito com o exemplo de Dag Hammarskjöld, segundo secretário-geral da organização. Seus feitos brilham nos anais da história das Nações Unidas, e sua força moral e integridade como a “consciência das Nações Unidas” impõem amplo respeito até os dias de hoje.

Dag Hammarskjöld foi um estadista e economista nascido na Suécia há pouco mais de um século. Num momento de crescente tensão da Guerra Fria, ele tomou a iniciativa de estender as responsabilidades das Nações Unidas de simplesmente responder à crise a um papel pró-ativo na promoção da paz no mundo.

Seu talento pôde ser observado claramente na solução da Crise do Canal de Suez, como também nos conflitos no Líbano, Laos e em outras partes do mundo. Sua busca constante da “diplomacia pacífica”, enquanto ele pessoalmente atuava em missões em diferentes regiões a fim de mediar conflitos, permanece como seu legado permanente.

Vozes criticaram esse estilo de diplomacia pró-ativo das Nações Unidas e de seu secretário-geral. As ações de Hammarskjöld

HULTON DEUTSCH/CORBIS/LATIN STOCK



Dag Hammarskjöld foi o segundo secretário-geral das Nações Unidas. Ele ocupou o cargo de 1953 a 1961.

foram denunciadas, por exemplo, pelo premiê soviético Nikita Khrushchev, que exigiu sua renúncia. Hammarskjöld recusou-se a ceder a essa pressão e continuou a defender a liderança das Nações Unidas na solução da crise internacional.

Ele falou dessa decisão inabalável em seu livro *Marcas*, publicado após sua morte: “‘O Bloco Indivisível’ — seu e de toda a humanidade — permanece no

Centro. Pelos objetivos aos quais se dá a vida, é preciso fazer o máximo a cada momento. Agir sem pensar nas conseqüências, ou ir em seu encaço por si só”.<sup>5</sup>

Movido por um senso de moral, de missão e até mesmo religioso, ele continuou a lutar até o último momento de sua vida para fortalecer as Nações Unidas e corresponder às expectativas do mundo.

Em setembro de 1961, quando estava a caminho para encontrar-se com o presidente de Katanga, Moise Tshombe, numa missão para solucionar a Crise do Congo, o avião de Hammarskjöld caiu na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), causando sua morte. Ele estava com 56 anos de idade. Por suas notáveis realizações, Hammarskjöld recebeu, a título póstumo, o Prêmio Nobel da Paz em 1961.

Na época, Hammarskjöld estava engajado não apenas na tentativa de resolver o conflito no Congo, mas em outra importante tarefa. Ele tinha um profundo respeito pelo “filósofo do diálogo”, Martin Buber (1878-1965),



e planejava traduzir sua obra clássica *Eu e Tu* para o sueco.

A amizade entre ambos teve início em 1952, um ano antes de Hammarskjold ser nomeado secretário-geral. Conforme suas conversas tornavam-se mais freqüentes e o respeito mútuo se aprofundava, seu desejo de traduzir as obras de Buber foi se intensificando. Quando ele falou dessa intenção ao filósofo, este sugeriu a tradução de *Eu e Tu*. Isso ocorreu semanas antes da missão fatídica de Hammarskjold ao Congo.

O secretário-geral contactou imediatamente uma editora na Suécia e escreveu uma carta a Buber contando-lhe que tudo já havia sido acertado. Quando ele partiu de Nova York para o Congo, tinha em mãos a edição em alemão de *Eu e Tu* que havia ganho pessoalmente do autor. Em meio a sua agenda atribulada, ele encontrou tempo durante o vôo e em sua curta estada em Leopoldville (atual Kinshasa) para trabalhar na tradução do livro de Buber. Mais tarde, após o acidente do avião, as primeiras doze páginas da tradução manuscrita do secretário-geral foram encontradas entre seus pertences.

Buber recebeu a última carta de Hammarskjold uma hora depois de ter ouvido as notícias do acidente do avião pelo rádio. Ele lamentou profundamente a morte desse homem de paixão e boa vontade que havia dado tudo, até mesmo sua vida, por sua missão.

Hammarskjold partilhava uma profunda convicção com Buber, a qual desejava ardentemente transmitir com a tradução da obra do filósofo. Essa firme crença era de que, por mais terrível e desafiadora que seja a situa-

ção, as pessoas devem se engajar em sinceros diálogos umas com as outras; mediante esse tipo de diálogo genuíno e sincero sempre é possível transpor as divergências e a desconfiança que dividem o mundo.

Um episódio famoso ilustra como Hammarskjold colocou essa convicção em prática.

Em 1955, numa tentativa para assegurar a libertação de prisioneiros americanos capturados durante a Guerra da Coréia, Hammarskjold foi para a China — na época sem exercer função na ONU — e tentou encontrar-se com o premiê Chu Enlai.

As pessoas a sua volta aconselharam-no a não levar isso adiante. Encontrando-se pessoalmente com o premiê, sem uma comitiva oficial e impossibilitado de usar seu próprio intérprete, Hammarskjold declarou durante uma de suas reuniões confidenciais:

“Não estou apenas apelando ou pedindo ao senhor que os liberte. O que estou querendo dizer é que, inspirado também por minha fé em sua sensatez e em seu desejo de promover a paz, considero como meu dever máximo, com profunda convicção, chamar a atenção para a importância vital que o destino dessas pessoas tem em relação à causa da paz. (...) O destino delas pode decidir a direção em que nos moveremos no futuro próximo — para a paz, ou para cada vez mais longe dela. (...) Enfrentando todas as diferenças, [este caso] levou-me a percorrer o mundo, para apresentar-me diante do senhor, sinceramente confiante de que concordaríamos com a necessidade urgente de evitar que os conflitos se agravem. Essa é minha grande



preocupação como secretário-geral e como homem”.<sup>6</sup>

Recordo meu encontro com o premiê Chu Enlai em dezembro de 1974, um ano antes de sua morte. Voltando um pouco mais no tempo, em setembro de 1968, quando não havia relações diplomáticas oficiais entre a China e o Japão, bem como nenhum acordo de paz havia sido concluído entre as nações, clamei pela normalização das relações e para que a China fosse representada nas Nações Unidas. Chu Enlai estava ciente de meus esforços e, apesar de doente, insistiu em encontrar-se comigo no hospital em Pequim. Com intensa paixão, o premiê Chu compartilhou seus pensamentos comigo. “Neste período crítico da história mundial, todas as nações devem colocar-se em posição de igualdade e ajudar umas às outras.” Ele expressou seu forte desejo pela amizade duradoura entre a China e o Japão.

Com base nessa experiência pessoal, posso imaginar perfeitamente o diálogo, o encontro sincero de vidas, mantido por Chu Enlai e Hammarskjold. Esse encontro criou um laço de confiança entre os dois, e mais tarde levou à libertação dos onze aviadores americanos.

Independentemente de serem relações intergovernamentais ou entre as Nações Unidas e os Estados-Membros, o elemento mais importante é sempre o encontro e o diálogo entre as pessoas.

Por mais impossível que a solução de um impasse pareça, ela pode ser achada se



Chu Enlai e Daisaku Ikeda  
(dezembro de 1974).

nos engajarmos em encontros de vida a vida e no genuíno diálogo. Acredito que essa era a convicção que motivou Hammarskjold por suas longas viagens como secretário-geral a encontrar-se com os líderes das partes em conflito, atuando como mediador.

Os incessantes esforços do secretário-geral para acelerar o processo de paz no mundo incorporam os princípios que deveriam guiar as Nações Unidas no cumprimento de sua missão de construir uma nova civilização humana imbuída do espírito de diálogo. Esse seu legado deve ser transmitido às pessoas do século XXI.

## Criando apoio popular

Observando o mundo de hoje, o Oriente Médio é apenas uma das regiões em que tensões continuam intensas, e há grande necessidade de as partes envolvidas ou afetadas por esses conflitos se engajarem em diálogos por intermédio das Nações Unidas. Isso é fundamental para acabar com conflitos persistentes e criar estabilidade na região.

Após violentos conflitos militares que prosseguiram por um mês, o pedido de cessar-fogo foi finalmente aceito seguindo a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas a instabilidade permanece, pelo fato de existir a possibilidade de a luta reiniciar a qualquer momento. Isso revela a urgente necessidade de nos engajarmos ativamente rumo ao próximo passo de reconstruir uma ordem estável e



pacífica na região. Espero sinceramente que todas as partes trabalhem para que as Nações Unidas desenvolvam novos meios para o diálogo e que venham a favorecer substancialmente esse processo.

Ao refletir sobre a grande missão que as Nações Unidas possuem, recordo-me das palavras do secretário-geral Kofi Annan proferidas na Cúpula Mundial em 14 de setembro de 2005, ocasião em que se reuniram líderes de 170 nações: “Devemos analisar o que o presidente Franklin Roosevelt certa vez chamou de ‘coragem para cumprir com nossas responsabilidades num mundo reconhecidamente imperfeito’”.<sup>7</sup>

A razão da existência das Nações Unidas, ainda perfeitamente válida após sessenta anos, está incutida nesse espírito de responsabilidade e coragem.

Meu mestre e segundo presidente da Soka Gakkai, Jossei Toda (1900-1958), dedicou sua vida inteira para fortalecer a solidariedade global de cidadãos comuns comprometidos em apoiar as Nações Unidas.

Junto com o presidente fundador da Soka Gakkai, Tsunessaburo Makiguti (1871-1944), Jossei Toda foi preso por aproximadamente dois anos durante a Segunda Guerra Mundial. Suas convicções inflexíveis, fundamentadas em sua fé religiosa, levaram-no ao confronto direto com o fascismo militarista japonês. Ele foi libertado da prisão pouco antes do fim da guerra, em 3 de julho de 1945,

e poucos dias depois de a Carta das Nações Unidas ser adotada pela Conferência de San Francisco.

A filosofia da paz de Toda foi expressa em seu brado pela abolição das armas nucleares e seu ideal de “nacionalismo global”, que em termos atuais poderia ser interpretado como uma cidadania mundial que transcende todas as distinções de nacionalidade, etnia e ideologia.

Toda acreditava que as Nações Unidas representavam o local onde se concentrava a sabedoria da humanidade do século XX. Estava convicto da necessidade de proteger e desenvolver essa organização mundial de esperança no próximo século.

O desejo mais ardente de Toda era acabar com o sofrimento desnecessário deste planeta, expandindo a solidariedade global para a conscientização e o fortalecimento das pessoas.

Em minha própria família, quatro de meus irmãos foram recrutados para a guerra. O mais

velho morreu em combate. O sofrimento experimentado por meus pais idosos foi indescritivelmente profundo.

Nada é mais cruel do que a guerra; nada é mais deplorável. Isso ficou gravado em minha juventude.

Logo depois da guerra, conheci Toda e decidi que me uniria a ele na luta para romper o interminável ciclo de guerra e violência e concretizar um mundo de paz.

Após minha posse como terceiro presi-



Jossei Toda, segundo presidente da Soka Gakkai.

dente da Soka Gakkai, como herdeiro do desejo de meu mestre, dei o primeiro passo nesse sentido, viajando para os Estados Unidos. Minha escolha por esse país foi motivada, em parte, pelo fato de ser lá que a Sede das Nações Unidas, o foco dos esforços para a paz global, estava localizada.

Lembro-me vividamente de minha primeira visita à Sede da ONU em Nova York, em outubro de 1960. Dag Hammarskjold era o secretário-geral, e a 15ª Sessão da Assembléia Geral estava sendo realizada, com a participação de vários líderes mundiais, incluindo o presidente dos Estados Unidos, Dwight David Eisenhower, e o premiê soviético, Nikita Krushev.

O que mais me impressionou nessa Assembléia Geral e nas reuniões do comitê foram a força e a vibração que emanavam dos representantes dos países africanos recém-independentes que participavam dos debates. Na Assembléia Geral, dezessete nações, incluindo Camarões, Togo e Madagascar, foram recebidas como países-membros das Nações Unidas. Todos esses novos estados, com exceção de Chipre, eram do continente africano.

Foi profundamente inspirador testemunhar a paixão dos representantes africanos transbordantes de energia, determinados a contribuir com a edificação de um mundo melhor por intermédio das Nações Unidas. Sempre que penso na importante missão da ONU, esta cena vem-me à mente.

Em minhas viagens a várias partes do mundo, percebo nas pessoas a grande esperança e as expectativas que depositam nas Nações Unidas. Os diálogos que procuro realizar com políticos, intelectuais e líderes culturais do mundo inteiro advêm desse desejo de expandir a rede de pessoas que pensam além das diferenças religiosas, nacionais e étnicas, compromissadas em apoiar as Nações Unidas.

Além de promover diálogos entre civilizações e entre religiões, sentia a necessidade de apresentar propostas concretas para ação. Todo ano, desde 1983, tenho divulgado propostas de paz por meio das quais apresento idéias para reforçar e revitalizar as Nações Unidas, frisando a importância de incentivar o apoio popular.

A Soka Gakkai Internacional (SGI) tem promovido uma ampla variedade de atividades em apoio à ONU.

Quando as tensões da Guerra Fria aumentaram, organizamos a exposição “Armas Nucleares: Ameaça ao Nosso Mundo”, em 1982, em apoio à Campanha Mundial das Nações Unidas para o Desarmamento. A exposição, inaugurada na Sede da ONU em Nova York, percorreu 25 cidades de 16 países, incluindo a União Soviética, a China e outras nações nucleares. No total, ela foi vista por aproximadamente 1,2 milhão de visitantes.

Após o fim da Guerra Fria, a SGI organizou a exposição “Guerra e Paz: De um Século



Sede das Nações Unidas, em Nova York.



Exposição “Armas Nucleares: Ameaça ao Nosso Mundo (Sede das Nações Unidas, Nova York, junho de 1982).

de Guerra a um Século de Esperança” e atualizou a mostra antinuclear, renomeando-a de “Armas Nucleares: Uma Ameaça à Humanidade”, numa tentativa de reunir pessoas que compartilhassem o desejo pela paz e de motivar ações para a edificação de um mundo sem guerras.

Na área dos direitos humanos, a SGI organizou a mostra “Rumo ao Século do Humanismo: Um Panorama dos Direitos Humanos no Mundo Contemporâneo” em apoio à Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos (1995-2004). Ao final da década, a SGI colaborou com outras agências da ONU e ONGs para incentivar a criação de uma nova estrutura internacional a fim de dar prosseguimento ao trabalho da década. Esses esforços culminaram na adoção formal do Programa Mundial de Educação para os Direitos Humanos.

Na área de integridade e sustentabilidade ecológica, a SGI, junto com outras ONGs, propôs a criação da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Essa proposta foi adotada posteriormente pela Assembleia Geral, sendo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desig-

nada para liderar a implementação da década, que começou em 2005.

A SGI há muito vem prestando apoio às atividades de auxílio aos refugiados junto ao Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Em 1992, ela promoveu a campanha “Voice-Aid” em resposta ao pedido da Autoridade Transitória das Nações Unidas no Camboja (Untac) e doou trezentos mil aparelhos de rádios portáteis para apoiar a organização e administração das eleições diretas e transparentes no Camboja.

### Filosofia e valores budistas

A rede de cidadãos comuns da SGI em apoio às Nações Unidas expandiu-se e hoje é integrada por 190 países e territórios. Esses esforços são estimulados pela filosofia e pelos valores budistas, que defendem a inviolabilidade da dignidade da vida. Os princípios condutores das Nações Unidas assemelham-se aos princípios do humanismo budista — de paz, igualdade e benevolência. Motivados por esses valores, é inevitável que os membros da SGI sintam-se impelidos a apoiar a ONU.

O exemplo de uma contemporânea de Sakyamuni, uma mulher chamada Srimala, que consta no cânone budista, encaixa-se nesse contexto. Seu juramento é registrado como segue: “Se eu vir pessoas solitárias, pessoas que foram aprisionadas injustamente e que perderam sua liberdade, pessoas que estão sofrendo com doenças, por causa de desastres ou pobreza, eu não as abandonarei. Levarei a elas conforto material e espiritual”.<sup>8</sup>

Srimala viveu fiel ao seu juramento e de-

votou-se a ajudar as pessoas que sofriam.

Os ensinamentos do reformador budista Nitiren (1222-1282), que constituem a base filosófica das atividades da SGI, estão profundamente imbuídos do espírito do Budismo Mahayana. Nossos esforços para apoiar as Nações Unidas na luta para proteger a dignidade humana no mundo moderno são uma consequência natural de nossa prática do caminho do Bodhisattva representada pelo juramento e pelas ações benevolentes de Srimala.

Em anos recentes, a ONU tem concentrado seus esforços na promoção dos direitos humanos, da segurança humana, do desenvolvimento humano, da cultura de paz e do diálogo entre civilizações. Todas essas tarefas correspondem perfeitamente à filosofia de paz exposta no budismo.

A base filosófica de nossas atividades e de nosso pensamento é elucidada na “Tese sobre o estabelecimento do ensino correto para a paz da nação”, escrita por Nitiren Daishonin em 1260 enquanto ele presenciava o sofrimento do povo devido às guerras incessantes e aos desastres naturais que assolaram a sociedade japonesa no século XIII.

Nesse tratado, em vez de usar um dos caracteres chineses padrão para escrever a palavra “nação”, que tem em seu centro elementos que significam “soberano” ou “arma”, na maioria dos casos Daishonin usou um caractere em que o elemento central significava “pessoas comuns”. Para ele, o coração da nação não está nem nas autoridades nem no território, mas nas pessoas comuns que nela habitam. Esse mesmo espírito revigora o conceito moderno de segurança hu-

mana, cujo objetivo maior é realizar a paz e a felicidade dos cidadãos.

Por meio desse tratado, Daishonin criticou as filosofias dominantes de seus dias; ele considerava que sua ênfase na reflexão introvertida encorajava uma atitude escapista e fazia as pessoas se sentirem incapazes de se engajar efetivamente na transformação da sociedade. Em vez disso, ele promovia a crença de que em cada pessoa encontra-se inerente uma força e um potencial extraordinários, que cada indivíduo pode tornar-se o protagonista da transformação social. Essa crença identifica-se muito com a idéia contemporânea de capacitação que constitui a essência do desenvolvimento humano.

No tratado de Nitiren Daishonin consta a seguinte passagem: “Se o senhor se preocupasse ainda que um pouco com sua segurança pessoal, deveria primeiro orar pela ordem e tranqüilidade em todos os quatro quadrantes da terra...”.<sup>9</sup> Este é um forte brado pela criação de uma cultura de paz, que não se limita à segurança individual, mas volta-se a toda a raça humana.

A inspiração máxima que se encontra subjacente nas ações da SGI para elevar a conscientização das pessoas por meio de exposições e palestras, como também nosso apoio às atividades das Nações Unidas para a educação nos campos de desarmamento, direitos humanos e meio ambiente, reside nesse desejo de garantir a segurança de toda a humanidade.

O tratado se desenvolve na forma de diálogo entre dois indivíduos, um viajante e seu anfitrião, que possuem idéias e opiniões completamente diferentes, mas que sofrem por



causa da mesma realidade trágica que atormenta a sociedade. O anfitrião diz ao viajante: “Tenho meditado sozinho sobre esse assunto com indignação em meu coração, mas agora que o senhor chegou, podemos lamentar juntos. Vamos discutir a questão em detalhes”.<sup>10</sup> Um diálogo sério se desenrola enquanto eles vão expondo suas opiniões sobre as causas do sofrimento das pessoas, com a intenção de amenizar esse sofrimento, e sobre o que poderia ser feito para atingir esse fim. Na conclusão do diálogo, o anfitrião e o viajante unem seus esforços e atuam juntos para atingir o objetivo comum.

O diálogo tem o poder de estimular uma profunda mudança nas pessoas e levá-las à ação positiva para transformar a sociedade. Essa proposta é encontrada na sabedoria budista desde os dias de Sakyamuni.

Na Carta da SGI, adotada em 1995, esse espírito é expresso na seguinte frase: “A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, travará diálogos e atuará em cooperação para a solução de questões fundamentais da humanidade”.<sup>11</sup>

Fundamentada nesse espírito, a SGI tem se engajado num diálogo aberto com pessoas de diversas religiões e culturas, na esperança de expandir a solidariedade de indivíduos conscientes e comprometidos em buscar caminhos para vencer os desafios enfrentados por nosso planeta.

### **Soft power — a missão das Nações Unidas**

Como já mencionei, estou convicto de que a missão da Organização das Nações Unidas

no século XXI deve ser a de acalmar as tensões e gerar o impulso para uma coexistência pacífica por meio do diálogo. Ela cumprirá melhor sua função como um órgão de deliberação e ação centralizando-se no processo do diálogo global. Dessa forma, estabelecerá as bases de uma ação conjunta em áreas como direitos humanos, segurança humana e desenvolvimento humano — pré-requisitos absolutos para a paz e a felicidade dos povos do mundo.

Ao trabalhar para esses objetivos, é essencial nos lembrarmos de que a força principal das Nações Unidas é seu *soft power*, o poder do diálogo e da cooperação internacional. Isso é verdadeiro mesmo nos campos da paz global e da segurança. Embora a Carta das Nações Unidas reconheça claramente a possibilidade do uso do *hard power*, incluindo a ação militar, seu capítulo VI, na solução pacífica de controvérsias, detalha as medidas a serem tomadas antes da aplicação de ações coercitivas estabelecidas no capítulo VII. A prioridade é enfaticamente dada ao capítulo VI, com o uso do *hard power* como último recurso, reservado apenas para situações de crise.

O filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883–1955) definiu civilização como “a tentativa de reduzir o uso da força à *ultima ratio* (última instância)”.<sup>12</sup> Quando pensamos que as Nações Unidas surgiram das amargas lições de duas guerras mundiais, fica claro que esse princípio precisa ser rigorosamente observado. Gostaria de reiterar que as Nações Unidas devem continuar a se desenvolver e fortalecer suas capacidades *soft power*. Devem continuar a focar a construção da con-

fiança e medidas preventivas, e não serem atraídas por medidas reativas para solucionar os problemas por meio da força militar ou outras formas de *hard power*.

Na tradição oriental, o 60º aniversário marca o final de um ciclo e o início de outro. Nesse sentido, creio que o 60º aniversário das Nações Unidas, celebrado ano passado, propicia uma significativa oportunidade das Nações Unidas renovarem seu compromisso para com a nobre missão a qual foi confiada e iniciarem uma nova jornada rumo a essa realização.

Gostaria de sugerir, portanto, a “competição humanitária” como um dos temas centrais que as Nações Unidas poderiam desenvolver.

A idéia de competição humanitária foi proposta pelo presidente fundador da Soka Gakkai, Tsunessaburo Makiguti, em sua obra de 1903, *Geografia da Vida Humana*. Escrevendo em uma era em que as

forças do imperialismo e do colonialismo eram dominantes em todo o mundo, Makiguti criticou a mentalidade da época na qual a questão crucial da felicidade humana individual era obscurecida pela intensa competição nas esferas militar, econômica e política. Revendo a evolução da competição em suas formas militar, política e econômica, ele clamou por uma transição dessas formas predatórias de competição para o que descreveu como sendo uma competição humanitária, na qual nos empenhamos baseados em nosso *ethos*

de coexistência tanto para a nossa felicidade como para a de outros.

Makiguti descreveu os elementos-chave dessa transformação da seguinte forma: “Tradicionalmente, o poder militar e político tem sido utilizado para expandir os territórios e manter mais pessoas sob controle. O poder econômico, que pode assumir uma forma ou aspecto diferente, tem sido empregado para o mesmo propósito que o poder militar ou político. A competição humanitária consiste em utilizar a força invisível da persuasão moral para influenciar pessoas. Em outras palavras, em vez da submissão exigida pelo exercício da autoridade, buscamos ganhar o respeito sincero (e a cooperação) dos outros”.<sup>13</sup>

Esse processo de suplantar o exercício da autoridade com a conquista do sincero respeito pode ser expresso em termos contemporâneos como uma mudança na direção oposta da competição do *hard power*, em que as sociedades buscam dominar umas às outras por meio da força militar e política ou por um opressivo poder econômico.

Em vez disso, cada país deveria competir no campo do *soft power* — competindo para acumular confiança e amizade, manifestando força diplomática e cultural, e por meio de contribuições no campo da cooperação internacional que empreguem toda a gama de recursos humanos, tecnológicos e experiência. Esta, creio eu, é a essência da proposta de Makiguti.



Tsunessaburo Makiguti e sua obra *Geografia da Vida Humana*, publicada em 1903.



Se essa competição humanitária — uma competição por uma influência ampliada baseada no *soft power* — enraizar-se firmemente, veremos o fim da competição convencional que não leva a nada e em que os vitoriosos prevalecem pelo sacrifício e sofrimento dos perdedores. Ela descortinará o caminho de uma era em que todos ganhem, em que a dignidade de cada pessoa no globo seja honrada e em que cada país possa competir de forma construtiva, no sentido de prestar grandes contribuições à humanidade.

Infelizmente, o mundo ainda está dominado pela implacável competição pelos ganhos, sem se importar com o preço pago pelos outros. Essas formas de competição, empregadas em uma escala global em crescente expansão, criaram distâncias cada vez maiores entre ricos e pobres. Além disso, ao mesmo tempo que ameaçam a dignidade humana — a crise ambiental é um exemplo típico — transcendem fronteiras. Precisamos ter em mente que nenhum Estado pode dar uma resposta realmente efetiva agindo isoladamente. O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, expressa essa realidade de forma sucinta nas seguintes palavras: “Acredito que no século XXI não se deva permitir [que as diferentes percepções de uma ameaça] conduzam os governos do mundo a perseguirem prioridades muito diferentes ou que se trabalhe propósitos conflitantes... Os Estados, trabalhando juntos, podem alcançar resultados que estão além do que até mesmo o Estado mais poderoso pode alcançar sozinho”.<sup>14</sup>

Portanto, é essencial que as Nações Unidas atuem efetivamente para concentrar e

coordenar as capacidades dos Estados individuais e evitar que seus esforços se diluam ou se dispersem. Pode-se dizer que o empenho para desenvolver essa organização internacional — patrimônio comum da humanidade — em um organismo pleno e genuinamente dedicado aos povos do mundo depende desse processo. Naturalmente, cada Estado deseja ter uma posição honrada como um respeitado membro da comunidade internacional. Manifestar esse potencial e canalizar energias competitivas, não para a violência, mas para objetivos humanitários — esta é, creio, a missão das Nações Unidas como o foco da competição humanitária. Este é o caminho que essa organização deve seguir no século XXI.

No sentido de gerar impulso nessa direção e criar referências para estabelecer firmemente o ideal de competição humanitária no âmbito das atividades das Nações Unidas, gostaria de ressaltar a importância dos seguintes três elementos: *um senso de propósito comum, um senso de responsabilidade comum e campos de ação em comum*. Baseado nisso, gostaria de expor o que considero como os principais desafios das Nações Unidas e sugerir planos para reformas.

### Propósitos comuns

Por *um senso de propósito comum*, desejo propor a construção de uma cultura de paz dedicada à dignidade e felicidade de todos os povos do planeta, baseada na consciência de que a paz é muito mais do que a mera ausência de conflitos. Nesse sentido, a questão mais importante a ser tratada é a pobreza,



uma afronta diária à dignidade humana. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no mundo de hoje, 2,5 bilhões de pessoas subsistem com menos de dois dólares por dia.<sup>15</sup>

O administrador do PNUD, Kemal Dervis, ao observar que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (que incluem diminuir pela metade a quantidade de pessoas que vivem em extrema pobreza até 2015) não serão alcançados neste atual ritmo, advertiu: “Isso será uma tragédia sobretudo para os pobres de todo o mundo — mas os países ricos não ficarão imunes às conseqüências do fracasso. Num mundo interdependente, a nossa prosperidade partilhada e a nossa segurança coletiva dependem, de modo crítico, do êxito na guerra contra a pobreza”.<sup>16</sup>

Um número exorbitante de habitantes do planeta está condenado a uma pobreza que parece não ter fim, em condições de vida desumanas e degradantes que persistem geração após geração, e à sombra de uns poucos países que consomem enormes recursos e ostentam um estilo de vida opulento. É dever humanitário primordial corrigir essa grave distorção na comunidade global. Não é uma tarefa impossível. O custo da erradicação da pobreza foi estimado em cerca de um por cento da renda mundial. Um progresso considerável seria feito se uma pequena parte dos recursos atualmente alocados para os gastos militares for direcionada para a erradicação da pobreza.

Proponho veementemente que cada país reconsidere seriamente suas prioridades de gastos e apóie ativamente a cooperação internacional para o desenvolvimento humano

focado na capacitação de indivíduos atingidos pela pobreza e para a campanha “Educação para Todos” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em particular.

Junto com a amenização da pobreza, o desarmamento — e especificamente o desarmamento nuclear — é vital, se queremos pôr um fim à cultura de guerra.

Para que o ideal da competição humanitária crie raízes na comunidade internacional, precisamos estabelecer firmemente a conscientização de que nenhuma sociedade pode encontrar segurança e bem-estar às custas da miséria e do medo de outra; devemos criar um novo conjunto de ética global.

A teoria da intimidação nuclear, que busca garantir a segurança de um Estado ameaçando outros com um poder de destruição massivo, é diametralmente oposta à ética global que a nova era exige.

As Nações Unidas mantêm em Genebra um foro de conversações multilaterais sobre desarmamento, a Conferência sobre Desarmamento. Contudo, é lamentável que a divergência entre as partes a manteve virtualmente inativa por quase dez anos desde a sua última conquista, a adoção do Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares, em 1996.

Essa situação continuou mesmo no ano passado, quando o mundo recebeu o 60º aniversário de lançamento da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, fato que, por seu significado, esperava-se impulsionar os esforços de desarmamento. A Conferência para Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), em maio, encerrou-se sem



produzir nenhum resultado concreto. Então, em setembro, a Cúpula Mundial da Assembleia Geral das Nações Unidas divulgou um documento de resultados em que não havia nenhuma menção às armas nucleares, para grande desapontamento daqueles que buscavam a paz global.

Em oposição a essa situação, em junho de 2005, a Comissão Independente sobre Armas de Destruição em Massa, uma equipe formada por especialistas internacionais presidida por Hans Blix, ex-chefe dos inspetores de armas da ONU no Iraque, encaminhou uma proposta de desarmamento nuclear e de não-proliferação ao secretário-geral Annan.

Esse documento clama por uma Cúpula Mundial, que seria realizada nas Nações Unidas, para tratar das questões de desarmamento, de não-proliferação e de uso de armas de destruição em massa por terroristas. Para acabar com o atual impasse da Conferência sobre Desarmamento em Genebra, ele propõe que apenas uma maioria de dois terços, em vez da unanimidade, seja necessária para programar questões na agenda. Também recomenda que “todos os Estados possuidores de armas nucleares comecem a planejar a segurança sem as armas nucleares. Devem começar a se preparar para o banimento das armas nucleares...”<sup>17</sup>

Essas propostas estão de acordo com a direção que eu venho consistentemente insistindo. Dessa forma, é perfeitamente natural que eu as apóie. Espero sinceramente que todos os Estados levem a sério as recomendações que essa Comissão cuidadosamente considerou e iniciem prontamente os esforços diplomáticos para romper o impasse que blo-

queia os progressos para o desarmamento.

Dez anos se passaram desde que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) divulgou em 1996 seu parecer sobre a legalidade das armas nucleares. Nele, a CIJ declarava que “a ameaça ou uso das armas nucleares, de modo geral, seria contrária à lei internacional” e “que há uma obrigação de prosseguir em boa fé e concluir as negociações para o desarmamento nuclear em todos os seus aspectos, sob um rigoroso e efetivo controle internacional”.<sup>18</sup> Penso que devemos, uma vez mais, clamar para que os governos relembrem a gravidade dessa opinião, ao mesmo tempo em que continuamos a construir um consenso internacional de compromisso com o desarmamento nuclear.

Como salienta o relatório da Comissão Blix, “durante a última década, houve uma séria e perigosa perda de interesse e direcionamento nos esforços para o desarmamento e não-proliferação”. O que é necessário é vontade política para a abolição nuclear. “E, com essa vontade, mesmo a eventual eliminação das armas nucleares não estará fora do alcance do mundo”.<sup>19</sup> Portanto, é ainda muito mais importante que os povos do mundo elevem suas vozes.

Para esse fim, gostaria de propor uma década de ação das Nações Unidas, realizada pelos povos do mundo, para a abolição nuclear. A proliferação das armas nucleares não diminui. O primeiro passo para desafiar essa dura realidade deve ser conduzir mais pessoas à consciência de que a ameaça nuclear é tanto relevante para sua vida como algo pelo qual elas podem empreender ações. Essa

década de ações, promovida conjuntamente pelas Nações Unidas e por ONGs, seria vital para incentivar essa conscientização. Eu também apoio a mais rápida convocação de uma Cúpula Mundial, como lembrada pela Comissão Blix. Ou, al-



Daisaku Ikeda e o Dr. Joseph Rotblat (outubro de 1989).

ternativamente, uma Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas que se dedique à deliberação intensiva das questões de desarmamento. Essas ações da parte dos Estados tanto refletiriam como apoiariam o surgimento de um consenso internacional pelo desarmamento.

A importância de se trabalhar progressivamente rumo à criação de um mundo sem guerras por meio do insistente clamor pelo desarmamento nuclear e, por fim, sua abolição — esse foi um dos pontos que Sir Joseph Rotblat, presidente emérito das Conferências Pugwash sobre Ciência e Questões Mundiais, falecido ano passado, e eu concordamos totalmente.

Para cerrarmos as cortinas, de uma vez por todas, de uma era vivida sob a ameaça da destruição nuclear, devemos repensar o entendimento do interesse nacional que justifica as armas nucleares como um “mal necessário” e essencial para a intimidação. Tanto o manifesto Russell-Einstein (1955), co-assinado pelo Dr. Rotblat, como a Declaração para a Abolição das Armas Nucleares (1957), de meu mestre Jossei Toda, refutam a teoria da intimidação e se recusam terminantemente a reconhecer o uso das armas nucleares sob

quaisquer circunstâncias.

Como Toda ressaltou com perspicácia, as armas nucleares ameaçam o direito da humanidade de existir e são, portanto, um mal absoluto; sua abolição é um dever comum da humanidade. O objetivo central da década da ação pe-

los povos do mundo para a abolição das armas nucleares que estou propondo é tornar esse conceito uma das tendências centrais de nossa era.

Gostaria, a seguir, de examinar os desafios da amenização da pobreza e do desarmamento da perspectiva de um senso de propósito comum. Há, naturalmente, muitas outras questões que pesam bastante sobre a humanidade. Entre essas, a da crise ambiental, cuja complexidade particular reside no fato de que sua resolução requer um reexame fundamental da civilização humana. Meu próprio senso de crise me levou a clamar, em minhas propostas de paz anuais, pela aceleração dos esforços para criar uma estrutura institucional que reúna a sabedoria da humanidade para tratar desses desafios ambientais, o que incluiria dar a eles atenção muito maior nas Nações Unidas.

As questões da pobreza, desarmamento e do meio ambiente exigem os esforços concentrados da comunidade internacional fundamentados no senso de pertencer à humanidade e em um senso de responsabilidade pelo futuro. Por essas razões, é essencial estabelecer um senso de propósito comum nas Nações Unidas.



## Responsabilidade comum

A seguir, gostaria de discutir a necessidade de criar *um senso comum de responsabilidade*, especificamente pelo estabelecimento de sistemas que encorajem os jovens das gerações futuras a se engajarem ativamente em várias deliberações das Nações Unidas e nas atividades locais de suas agências.

Em fevereiro deste ano, o Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa de Políticas, que fundei há dez anos, realizou uma conferência internacional em Los Angeles sobre o tema “Reforma e Fortalecimento das Nações Unidas”. Fiquei particularmente comovido com a declaração apresentada pelo subsecretário-geral das Nações Unidas, Anwarul K. Chowdhury. Ele disse: “No futuro, as Nações Unidas devem ser uma organização que interaja de forma mais próxima e substancial com os jovens, para se beneficiar de suas idéias e entusiasmo e moldar o futuro do mundo”.<sup>20</sup>

Obter a compreensão e o inabalável apoio de tantos cidadãos do mundo quanto possível é essencial para que as Nações Unidas manifestem plenamente seu potencial. Ao mesmo tempo, o pré-requisito para se solucionar os problemas globais é mudar a mentalidade prevalecente — que atribui máxima prioridade aos interesses nacionais — por um amplo senso de responsabilidade comum em relação aos mais elevados interesses da humanidade e de todo o planeta. Os jovens devem

ser os protagonistas desse empreendimento.

Creio que as Nações Unidas, que entram agora em seu 61º ano, devem promover o engajamento ativo dos jovens como o foco dessa nova etapa. Arquimedes disse: “Dê-me um ponto de apoio e eu levantarei o mundo”. É com esse espírito que devemos assegurar que os jovens tenham “um ponto de apoio” dentro do sistema das Nações Unidas.

Afirma-se que metade dos países que saem de conflitos descobrem-se novamente imersos neles em um período de cinco anos. Nas sociedades que experimentaram conflitos e a tragédia de ciclos de violência, é extremamente difícil para os membros desta geração no poder saírem dos ciclos de ódio e violência. Dessa forma, é importante focar as próximas gerações, menos ligadas ao passado, e encontrar meios de capacitar os jovens a explorar novas idéias, caminhos e abordagens para



Encontro com o subsecretário-geral das Nações Unidas, Anwarul K. Chowdhury (Tóquio, 30 de agosto de 2006).

estabelecer uma paz e prosperidade comuns.

A mesma fórmula se aplica aos desafios para a amenização da pobreza, o desarmamento e a degradação ambiental. Rupturas significativas somente serão produzidas à medida que as sementes da mudança plantadas no coração das próximas gerações, por meio dos persistentes e incansáveis esforços nos campos da educação e da conscientização, frutifiquem. A declaração de meu mestre contra as armas nucleares, na qual confiou aos jovens a abolição das armas, foi baseada justamente nesse tipo de visão de longo alcance.

Junto com esses direcionamentos, é importante considerar a realização de encontros de representantes dos jovens em todo o mundo a cada ano, antes da Assembléia Geral da ONU, dando aos líderes mundiais uma oportunidade para conhecer a visão da nova geração. Também seria desejável criar meios para os estudantes e jovens participarem das atividades locais das agências da ONU por um período de um ou dois anos, possibilitando-os adquirir experiência direta e compreender o significado das atividades das Nações Unidas e dos desafios que elas enfrentam. Isso lhes possibilitaria também aprender diretamente sobre o impacto das questões globais na vida das pessoas, bem como participar da busca por soluções.

Cerca de cinco mil pessoas são enviadas atualmente a diferentes partes do mundo, todos os anos, pelo programa Voluntários das Nações Unidas (UNV). Entretanto, a média de idade é de 39 anos e eles são recrutados principalmente entre especialistas com experiência profissional em áreas específicas.<sup>21</sup> Creio que seria importante fortalecer essas atividades com um sistema adicional que forneça experiência aos estudantes e jovens na idade dos 20 anos.

Outro tema que merece ser examinado: a melhoria no sistema do programa de estágios das Nações Unidas, para aceitar não apenas estudantes graduados, mas também os não graduados e os integrantes jovens das equipes das ONGs, dando-lhes oportunidade para apoiarem a elaboração de políticas ao prepararem os relatórios para as deliberações das Nações Unidas. Um sistema dessa espécie fortaleceria a estrutura pela qual os jovens podem se

envolver em vários aspectos da organização internacional. Os formandos da Universidade Socha da América já são participantes ativos do programa de estágios das Nações Unidas.

Lembro-me do diálogo que conduzi com a pesquisadora de paz, Dra. Elise Boulding. Ela defendia a importância de oferecer às futuras gerações campos onde possam expressar plenamente suas habilidades, ressaltando que precisamos criar mais oportunidades para os jovens se desenvolverem em seu papel como cidadãos globais. Ela me disse que costumava recomendar aos estudantes, em suas aulas sobre paz internacional, a passarem um semestre trabalhando como estagiários em um escritório local de alguma ONG internacional e, assim, vivenciar essas atividades.

Ao implementar idéias como essa, espero que a estrutura das Nações Unidas como um todo desenvolva uma visão mais aguçada sobre os jovens, planejando ativamente uma maior participação deles. Nesse sentido, gostaria de sugerir a criação de uma agência dedicada às atividades dos jovens do mundo, ou um departamento dos jovens nas Nações Unidas.

Esses esforços estariam em paralelo com os clamores cada vez maiores entre as ONGs para o estabelecimento de uma agência dedicada ao desenvolvimento mais efetivo e coordenado de políticas para a capacitação das mulheres que são, de fato, metade da população do mundo. As Nações Unidas devem se empenhar para promover a capacitação dos jovens e das mulheres em suas atividades, refletindo uma diversidade cada vez maior de opiniões na grande variedade de suas iniciativas, o que resultaria



em uma era mais promissora para todos.

Também gostaria de solicitar às universidades do mundo e instituições de ensino superior que apoiem ativamente o trabalho das Nações Unidas como parte integrante de sua missão social. Algumas universidades já dispõem de sistemas em que pesquisadores e institutos de pesquisas fornecem apoio acadêmico a várias atividades da ONU. Ao mesmo tempo em que expandem esse tipo de programa, as universidades devem tomar a iniciativa de oferecer efetivamente aulas sobre as atividades da ONU, com o objetivo de se tornarem centros consistentes para maior conscientização entre os estudantes e o público em geral.

Ao mesmo tempo, gostaria de enfatizar a importância de se construir uma rede de apoio às Nações Unidas centralizada nos estudantes.

No passado, propus a criação de uma rede global de cidadãos para proteger e apoiar as Nações Unidas. Acredito que criar uma nova geração de pessoas de talento e capacidade, pessoas cujo compromisso seja com toda a humanidade, e não apenas com um Estado ou etnia, é a única forma de fornecer às Nações Unidas apoio a longo prazo, o qual ela tanto necessita.

Os estudantes são a chave para isso. Já existem ONGs dedicadas ao desenvolvimento de redes de apoio à ONU entre os estudantes de todo o mundo. Com esse fortalecimento, será possível mudar de um cenário no qual os estudantes individuais e universidades se conectam uns aos outros para o de uma cadeia de redes apoiando a ONU, posteriormente permeando todo o globo. Esse é o fu-

turo que antevijo para um relacionamento fortalecido entre as Nações Unidas, os estudantes e as universidades.

Com relação ao desenvolvimento de um senso de responsabilidade comum, gostaria de fazer uma outra proposta: criar um outro sistema, em paralelo às contribuições dos Estados-membros, de apoio direto dos cidadãos do mundo para ajudar a resolver o desafio a longo prazo das Nações Unidas de assegurar fontes estáveis de financiamento.

Assegurar um orçamento estável é essencial para as Nações Unidas cumprirem suas responsabilidades de corresponder efetivamente às questões globais. Os atrasos nas contribuições dos países-membros minam a eficácia das Nações Unidas. As restrições financeiras geralmente impedem que a ONU se engaje em projetos urgentes e atividades importantes. Para superar esses desafios, gostaria de repetir minha sugestão: criar um fundo popular para as Nações Unidas e aceitar amplas doações da sociedade civil, fazendo disso uma fonte adicional de financiamento para sustentar as Nações Unidas.

De fato, o orçamento operacional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) provém tanto de contribuições governamentais quanto de arrecadação do setor privado, que contribui com aproximadamente um terço dos recursos.<sup>22</sup> Esse exemplo demonstra o potencial para a criação de um novo sistema em que a arrecadação de contribuições financeiras de indivíduos, organizações e corporações transnacionais globalmente ativas são usadas para apoiar as atividades das Nações Unidas, especialmente em áreas humanitárias.

## Ações comuns

Finalmente, gostaria de discutir a importância de *campos de ação comuns*. Para esse fim, desejo propor o estabelecimento de escritórios regionais das Nações Unidas, cujo papel seria aprofundar as relações entre os Estados-Membros e a ONU, e coordenar as atividades das várias agências da ONU em cada região.

Leva considerável tempo e esforço colocar as atividades das Nações Unidas em ação. Em particular, quando uma sociedade entra em crise, a compreensão e o apoio contínuo dos países vizinhos são essenciais.

As questões globais são complexas e inextricavelmente interconectadas, de forma que esforços separados e isolados para resolvê-las dificilmente são bem-sucedidos. Isso é simbolizado pela “espiral PPE”, nos quais os ciclos de pobreza, crescimento populacional e degradação ambiental estabelecem uma sinergia negativa. As questões globais diferem de uma área para outra, exigindo respostas mais adequadas às circunstâncias individuais.

À luz desses fatores, estou convencido de que o estabelecimento de centros de coordenação das Nações Unidas em cada região poderia fortalecer as respostas às exigências de *continuidade, complexidade e regionalidade*. Esses centros seriam de grande importância na promoção mais abrangente dos direitos humanos, da segurança humana e do desenvolvimento humano por meio de abordagens que foquem a paz e a felicidade de cada povo.

Dito isso, não acho necessário reestruturar as agências existentes. A intenção de minha proposta é tornar as Nações Unidas e

seus Estados-Membros mais próximos e construir uma sinergia positiva entre as agências da ONU em cada região. Isso possibilitaria que a ONU estabelecesse campos de ação comuns e lidasse com as questões regionais de maneira mais coordenada.

Especificamente, os organismos existentes que poderiam assumir as funções de centros regionais das Nações Unidas incluem as cinco comissões do Conselho Econômico e Social (Ecosoc): as Comissões Econômicas e Sociais para a Ásia e o Pacífico, para a Ásia Ocidental, a África, a Europa, e para a América Latina e o Caribe.

Atualmente, como exemplificado pela União Européia e pela União Africana, a cooperação e a integração regionais estão progredindo em diferentes partes do mundo. Acredito que seria importante estabelecer centros regionais da ONU que pudessem agir como pontes entre essas organizações e a sede das Nações Unidas, além de fornecer pontos de apoio para sustentar a governança global centralizada nas Nações Unidas.

A participação da sociedade civil nas Nações Unidas aumentou consideravelmente por meio de uma série de conferências realizadas na década de 1990. Parcerias entre governos com propósitos afins e ONGs conseguiram feitos marcantes, como a conclusão da Convenção sobre a Proibição das Minas Antipessoais e a adoção do Estatuto de Roma pelo Tribunal Penal Internacional.

O Painel de Pessoas Eminentíssimas sobre as Relações entre as Nações Unidas e a Sociedade Civil foi estabelecido em 2003 e divulgou no ano seguinte seu relatório *Nós*,



*os povos: a sociedade civil, as Nações Unidas e a governança global* (também conhecido como Relatório Cardoso). O trabalho do painel foi importante ao elevar a conscientização do papel da sociedade civil no apoio ao trabalho das Nações Unidas.

O Comitê de ONGs Religiosas das Nações Unidas, cujo presidente atualmente é o representante da SGI na ONU, junto com organizações, agências e governos das Nações Unidas, organizou a Conferência sobre Cooperação Inter-Religiosa para a Paz, em junho de 2005. O fato desses três protagonistas — a sociedade civil, os governos e as Nações Unidas — terem colaborado dessa forma para realizarem uma conferência inter-religiosa foi considerado como um feito realmente marcante.

Para a revitalização da Organização das Nações Unidas e para assegurar que ela cumpra as expectativas dos povos do mundo, é indispensável que ela, os Estados-Membros e ONGs e outros representantes da sociedade civil, valorizem as qualidades e papéis únicos uns dos outros e aprofundem sua parceria. Espero sinceramente que esses três protagonistas continuem sentados à mesma mesa para discutirem os desafios que a humanidade enfrenta e desenvolvam novas formas criativas de ação conjunta com base no diálogo e na compreensão.

É minha sincera crença que esses temas — um senso de propósito comum, um senso de responsabilidade comum e campos de ação comuns — sejam a chave para o desenvolvimento das Nações Unidas do século XXI.

A Liga das Nações foi criada como res-

posta à Primeira Guerra Mundial. As Nações Unidas nasceram da determinação de jamais se repetir os horrores da Segunda Guerra. Como membros da família humana, devemos pôr em ação nossa determinação de salvar o planeta para que essa tragédia não volte a acontecer. Devemos fortalecer as Nações Unidas para fortalecer a governança global em prol de todos os habitantes da Terra.

Somos compelidos a dar o corajoso primeiro passo rumo a esse ideal. Para esse fim, é essencial gerarmos o ímpeto para reformas que partam de baixo para cima, juntando as vozes dos povos em apoio às Nações Unidas. Não podemos aguardar passivamente por reformas que venham de cima e que surjam de deliberações intergovernamentais.

Se realmente prestarmos atenção às advertências do século XX, tão assolado pelas tragédias, veremos que a ação e a solidariedade são as chaves para o século XXI. Na medida em que as pessoas compreenderem esse espírito e determinarem forjar uma ampla solidariedade para a mudança, seremos capazes de construir uma cultura de paz em todo o planeta. Este, tenho certeza, é o desafio central da humanidade no século XXI.

Os protagonistas desse empreendimento não são outros senão os seres humanos — os cidadãos e, acima de tudo, os jovens.

A paz mundial, o florescimento mútuo da humanidade no novo milênio — essa é a meta que motiva a SGI. Para esse fim, continuaremos a unir nossos esforços com pessoas de boa vontade do mundo todo, empenhando-nos para possibilitar que as Nações Unidas cumpram a nobre missão que lhe foi confiada.



## notas

1. Roosevelt, 1945.
2. Lauren, pág. 161, 1996.
3. Nações Unidas, 1945.
4. Annan, 2005a.
5. Hammarskjöld, pág. 159, 1964.
6. Citado em Urquhart, pág. 106, 1972.
7. Annan, 2005a.
8. Cf. Waiman, pág. 65, 1974.
9. Nitiren, pág. 58, 2001.
10. *Ibidem*, pág. 11.
11. SGI, 1995.
12. Ortega y Gasset, pág. 75, 1932.
13. Makiguti, 1996, pág. 399.
14. Annan, 2005b.
15. UNDP, 2006, pág. 8.
16. UNDP, 2005.
17. WMDC, 2006, pág. 109.
18. CIJ, 1996.
19. WMDC, 2206, pág. 17.
20. Chowdhury, 2006.
21. UNV, 2006.
22. Unicef, 2002.

## B I B L I O G R A F I A

- ANNAN, Kofi. 2005a. "Discurso proferido na Cúpula Mundial de 2005." <http://www.un.org/webcast/summit2005/statements/sg.htm> (acessado em 2 de agosto de 2006).
- . 2005b. "'Em Maior Liberdade': Tempo de Decisão nas Nações Unidas." *Relações Exteriores*, maio/junho, 84 (3). <http://www.foreignaffairs.org> (acessado em 24 de agosto de 2006).
- BOULDING, Elise; IKEDA, Daisaku. 2006. *Heiwanobunka no kagayaku seikihe* [Construindo um Século de "Cultura de Paz"]. Tóquio, Ushio Shuppansha.
- CHOWDHURY, Anwarul. 2006. Declaração de Visão da Conferência Internacional sobre Reforma das Nações Unidas: Desenvolvimento Humano, Conflitos Regionais e Governança Global num Mundo Pós-Westfalia patrocinada pelo Instituto Toda para a Paz Global e Pesquisa Política, 4 e 5 de fevereiro, em Los Angeles, Estados Unidos.
- HAMMARSKJÖLD, Dag. 1964. *Markings (Marcas)*. Leif Sjöberg e W. H. Auden, trad. Reedição 2003. Nova York: Alfred A. Knopf.
- ICJ (Corte Internacional de Justiça). 1996. "Legalidade da Ameaça ou do Uso de Armas Nucleares." <http://www.icj-cij.org/icjwww/icasess/iunan/iunanframe.htm> (acessado em 24 de agosto de 2006).
- LAUREN, Paul Gordon. 1996. *Poder e Preconceito: Políticas e Diplomacia da Discriminação Racial*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- MAKIGUTI, Tsunessaburo. 1996. *Jinsei Chirigaku* [Geografia da Vida Humana]. In vol. 2 of *Makiguchi Tsunessaburo Zenshu* [Obras Completas de Tsunessaburo Makiguti]. Tóquio: Daisan Bunmeisha.
- NITIREN. 2001. *Os Escritos de Nitiren Daishonin*. Elizabeth Miyashiro e René Takeuti, trad. São Paulo: Editora Brasil Seikyo.
- ORTEGA Y GASSET, José. 1932. *The Revolt of the Masses (A Rebelião das Massas)*. Reedição 1993. Nova York: Norton.



- ROOSEVELT, Franklin. 1945. "Discurso Proferido no Congresso sobre a Conferência de Yalta." <http://www.presidency.ucsb.edu> (acessado em 25 de agosto de 2006).
- ROTLAT, Joseph; IKEDA, Daisaku. 2006. *A Quest for Global Peace: Rotlat and Ikeda on War, Ethics and the Nuclear Threat* (Em Busca da Paz Global: Um Diálogo entre Rotlat e Ikeda sobre a Guerra, a Ética e a Ameaça Nuclear). Londres: I. B. Tauris.
- SGI (Soka Gakkai Internacional). 1995. "Carta da SGI." <http://www.sgi.org/english/SGI/charter.htm> (acessado em 23 de agosto de 2006).
- Nações Unidas, 1945. "Carta das Nações Unidas." <http://www.un.org/aboutun/charter/index.html> (acessado em 17 de julho de 2006).
- . 2004. "Fortalecimento do Sistema das Nações Unidas — Comentários do Secretário-Geral." A/58/817. 11 de junho, Nova York. [http://www.un.org/reform/a\\_58\\_817.pdf](http://www.un.org/reform/a_58_817.pdf) (acessado em 4 de agosto de 2006).
- . 2006. "Resolução 1701 (2006)." Resolução adotada pelo Conselho de Segurança. S/RES/1701. 11 de agosto. <http://daccess-ods.un.org/TMP/186897.html> (acessado em 23 de agosto de 2006).
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005. "Mais Ajuda, Alteração do Comércio com os Países Pobres e Paz a Longo Prazo São Vitais para Acabar com a Pobreza Extrema." [http://hdr.undp.org/reports/global/2005/pdf/presskit/HDR05\\_PR1E.pdf](http://hdr.undp.org/reports/global/2005/pdf/presskit/HDR05_PR1E.pdf) (acessado em 24 de agosto de 2006).
- . 2006. "Relatório Anual 2006." <http://www.undp.org/publications/annualreport2006/englishreport.pdf> (acessado em 23 de agosto de 2006).
- Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2002. "Relatório Anual Unicef 2002." [http://www.unicef.org/publications/files/pub\\_ar02\\_en.pdf](http://www.unicef.org/publications/files/pub_ar02_en.pdf) (acessado em 4 de agosto de 2006).
- UNV (Voluntários das Nações Unidas). 2006. "Voluntários das Nações Unidas para a Paz e o Desenvolvimento." <http://www.unvolunteers.org> (acessado em 24 de agosto de 2006).
- Urquhart, Brian. 1972. *Hamarskjold*. Reedição 1994. Nova York: Norton.
- Wayman, Alex, e Hideko Wayman, trad. 1974. *The Lion's Roar of Queen Srimala: A Buddhist Scripture on the Tathagata-garbha Theory* (O Rugido do Leão da Rainha Srimala: Uma Escritura Budista sobre a Teoria Tathagata-garbha). Nova York: Columbia University Press.
- WMDC (Comissão sobre Armas de Destruição em Massa). 2006. "Armas do Terror: Livrando o Mundo das Armas Químicas, Biológicas e Nucleares." [http://www.wmdcommission.org/files/Weapons\\_of\\_terror.pdf](http://www.wmdcommission.org/files/Weapons_of_terror.pdf) (acessado em 4 de agosto de 2006).

# Carta da Soka Gakkai Internacional

## Preâmbulo

Nós, organizações constituintes da Soka Gakkai Internacional (SGI), abraçamos o objetivo fundamental e a missão de contribuir para a paz, a cultura e a educação com base na filosofia e nos ideais do Budismo de Nitiren Daishonin.

Reconhecemos que em nenhuma outra época da história a humanidade testemunhou tamanha justaposição de guerra e paz, discriminação e igualdade, pobreza e fartura, como no século XX; que o desenvolvimento da tecnologia militar cada vez mais sofisticada, exemplificada pelas armas nucleares, criou uma situação em que a própria sobrevivência da espécie humana foi colocada em risco; que a realidade da violenta discriminação étnica e religiosa apresenta um interminável ciclo de conflito; que o egoísmo e a negligência do homem causaram problemas globais, como a degradação do meio ambiente e os abismos econômicos cada vez maiores entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, com sérias repercussões para o futuro coletivo da humanidade.

Acreditamos que o Budismo de Nitiren Daishonin, filosofia humanística de infinito respeito pela dignidade da vida e de benevolência que abrange tudo, capacita os indivíduos a cultivar a sabedoria e a criatividade do espírito humano para vencer as dificuldades e crises que a humanidade enfrenta, dando origem a uma sociedade de coexistência próspera e pacífica.

Nós, organizações constituintes e membros da SGI, determinados a elevar bem alto a bandeira da cidadania mundial, do espírito da tolerância e do respeito aos direitos humanos com base no humanismo budista e a desafiar as questões globais que a humanidade enfrenta por meio do diálogo e de esforços práticos embasados em um firme compromisso com a não-violência, adotamos esta Carta, ratificando os seguintes propósitos e princípios:

1. A SGI contribuirá para a paz, a educação e a cultura pela felicidade e o bem-estar de toda a humanidade, inspirada no respeito budista à dignidade da vida.

2. A SGI, com base no ideal da cidadania mundial, salvaguardará os direitos humanos fundamentais e não discriminará nenhum indivíduo.

3. A SGI respeitará e protegerá a liberdade de crença e de expressão religiosa.

4. A SGI promoverá a ampla compreensão do Budismo de Nitiren Daishonin por meio de intercâmbios, contribuindo, dessa forma, para a realização da felicidade individual.

5. A SGI, por intermédio de suas organizações constituintes, encorajará seus membros a contribuir para a prosperidade de suas respectivas sociedades como bons cidadãos.

6. A SGI respeitará a independência e a autonomia de suas organizações constituintes de acordo com as condições predominantes em cada país.

7. A SGI, com base no espírito budista de tolerância, respeitará outras religiões, travará diálogos e atuará em cooperação para a solução de questões fundamentais da humanidade.

8. A SGI respeitará a diversidade cultural e promoverá intercâmbios culturais para criar, dessa forma, uma sociedade internacional de cooperação e compreensão mútua.

9. A SGI promoverá, com base no ideal budista de simbiose, a proteção da natureza e do meio ambiente.

10. A SGI contribuirá para a promoção da educação, da busca da verdade e também do desenvolvimento da ciência para capacitar as pessoas a cultivar seu caráter e desfrutar uma vida plena e feliz.



“A Liga das Nações  
foi criada como resposta  
à Primeira Guerra Mundial.  
As Nações Unidas nasceram  
da determinação de jamais  
se repetir os horrores  
da Segunda Guerra.  
Como membros da família  
humana, devemos pôr em ação  
nossa determinação de salvar  
o planeta para que essa tragédia  
não volte a acontecer.  
Devemos fortalecer as Nações  
Unidas para fortalecer  
a governança global em prol de  
todos os habitantes da Terra.”

*Daisaku Ikeda*